

O URBANO COMO LIBERTAÇÃO – UMA LEITURA SOBRE LEFEBVRE*

Helton Ricardo OURIQUES**

Resumo: Este texto tem por objetivo central discutir o significado do urbano em Henri Lefebvre, um dos maiores pensadores do Século XX. Apresenta o ponto de vista do autor sobre a urbanização da sociedade, sobre o domínio capitalista na cidade e sobre os problemas da vida cotidiana. Discute ainda a *sociedade urbana* como possibilidade de emancipação humana.

Palavras-chave: Cidade; Urbano; Cotidiano; Revolução.

Resumen: Este texto tiene por objetivo central discutir el significado de lo urbano en Henri Lefebvre, uno de los mayores pensadores del siglo XX. Presenta el punto de vista del autor sobre la urbanización de la sociedad, sobre el dominio capitalista en la ciudad y sobre los problemas de la vida cotidiana. Discute además la *sociedad urbana* como posibilidad de emancipación humana.

Palabras llave: Ciudad; Urbano; Cotidiano; Revolución.

Sem dúvida, ousadia é uma palavra que pode, de maneira clara, caracterizar o pensamento de Lefebvre. Em sua obra, somos alertados para os perigos da fragmentação e da totalidade, formas distintas de reducionismo e de simplificação. Por isso, foi um crítico de todas as formas de totalitarismos (em especial o político e o científico), mostrando os equívocos dos determinismos históricos, sociológicos e econômicos. A preocupação que perpassa sua obra é o vir-a-ser⁴⁹. Daí a aposta na *sociedade urbana* como caminho possível para a instauração do reino da liberdade de Marx.

Iconoclasta de pré-conceitos, Lefebvre nos inquieta e nos faz refletir. Só isso já justifica sua importância, num tempo em que a produção científica caracteriza-se, predominantemente, pela repetição de verdades absolutas. Mas, para além da inquietação metodológica e teórica, há neste autor uma profunda reflexão sobre o sentido da urbanização da sociedade, sobre a miséria da vida cotidiana e sobre o domínio capitalista no espaço urbano. Assim, o objetivo deste texto é apresentar sucintamente essas reflexões, presentes na obra lefebvreviana⁵⁰.

1. A urbanização da sociedade.

A urbanização da sociedade aparece em Lefebvre como uma tendência, um horizonte possível. Para ele, a sociedade urbana é uma necessidade teórica: “contra o empirismo que constata, contra as extrapolações que se aventuram, contra, enfim, o saber em migalhas pretensamente comestíveis, é uma teoria que se anuncia a partir de uma hipótese teórica”⁵¹

* Texto publicado em 2001 (v.8), produzido para conclusão da disciplina Urbanização e Produção da Cidade, ministrada pela Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, no primeiro semestre de 2000.

** Doutor pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp de Presidente Prudente. Professor do Departamento de Economia da UFSC. Correio eletrônico: heltonricardo@ig.com.br

⁴⁹ É sintomático, aliás, que Lefebvre tenha escrito um livro sobre Hegel, Nietzsche e Marx que, em sua opinião, expressavam o Pensamento do Século XIX.

⁵⁰ Foge ao limite deste tipo de trabalho um estudo aprofundado do conjunto da obra de Lefebvre. Assim, basearemos este texto em *O direito à cidade, A revolução urbana, A vida cotidiana no mundo moderno e O pensamento marxista e a cidade*.

⁵¹ Lefebvre, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999, p. 18.

O percurso que vai da cidade política à cidade industrial, passando pela cidade comercial, é analisado de forma sintética, mas complexa⁵². Importa aqui reter que a passagem da cidade comercial para a industrial é marcada pela “inflexão do agrário para o urbano”. Estando constituída a cidade industrial, entra-se no que é denominado de zona crítica, isto é, o duplo movimento de implosão – explosão. Sob o domínio da indústria coexistem, de forma conflituosa, várias lógicas: “a da mercadoria (levada ao limite de tentar a organização da produção de acordo com o consumo); a do Estado e da lei; a da organização espacial (planejamento do território e urbanismo); a do objeto; a da vida cotidiana; a que se pretende extrair da linguagem, da informação e da comunicação, etc.”⁵³.

Mas Lefebvre não deixa de assinalar enfaticamente o denominador comum: a lógica do capital, já que a cidade, “ou o que dela resta, ou o que ela se torna” é o espaço da produção, da realização e da distribuição da mais valia.

O percurso em direção à sociedade urbana é também detalhado em outros termos. Há três tempos ou domínios: rural, industrial e urbano. Cada um destes corresponde, respectivamente, ao predomínio das lógicas da necessidade, do trabalho e da fruição. O rural implica a “orientação, a demarcação, a capacidade de se apossar dos sítios e nomear os lugares”⁵⁴. É o tempo da distinção cidade – campo, que corresponde, como destacado no *Direito à Cidade*, “...à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual”⁵⁵. É o tempo da produção submetida à natureza, ou como diz Lefebvre, de predomínio de períodos de fome e escassez.

Já o industrial é a “substituição das particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta”⁵⁶. Ou seja, da racionalidade capitalista que domina a natureza e a cidade. É o espaço – tempo da mais-valia. Mas não só dominação, também produção da natureza e da cidade, produção do espaço do e para o capital. Assim, “em escala mundial, o espaço não é somente descoberto e ocupado, ele é transformado, a tal ponto que sua ‘matéria- prima’, a ‘natureza’, é ameaçada por esta dominação que não é uma apropriação. A urbanização geral é um aspecto desta colossal extensão”⁵⁷.

Quanto à era do urbano, Lefebvre adverte que é necessário abandonar o olhar do passado: “sua fonte, sua origem, seu ponto forte, não se encontram mais na empresa. Ele não pode colocar-se senão do ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da reunião, ou seja, dos traços específicos da forma urbana”⁵⁸. O urbano, em processo de constituição, seria o espaço-tempo da fruição, da superação da vida cotidiana alienada.

Afirmamos “em processo de constituição” porque ainda estamos, no dizer de Lefebvre, no momento em que “todas as condições se reúnem para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”⁵⁹. Daí o espaço urbano ser uma “contradição concreta”.

Contradição concreta porque, ao mesmo tempo em que a segregação e as decupagens se inscrevem no urbano, este aponta a possibilidade de um novo humanismo, o “humanismo na, para e pela sociedade urbana”, porque também há encontros, desencontros, desejos que se manifestam no espaço da urbanidade. A leitura dialética que ele faz a favor e contra a rua, a favor e contra o monumento ilustram que *o urbano* é, ao mesmo tempo “... um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível – impossível que atrai para si o realizado, uma presença – ausência sempre renovada, sempre exigente”⁶⁰. Neste sentido, a urbanização da sociedade *ainda não é* a sociedade urbana, que é um objeto virtual, ou objeto possível, que necessita ser entendido como processo e como práxis.

2. Cidade, dominada pelo capital.

⁵² Ver o primeiro capítulo de *A revolução urbana*.

⁵³ *Idem*, p. 43.

⁵⁴ *Idem*, p. 41.

⁵⁵ Lefebvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes, 1991, p. 28.

⁵⁶ Lefebvre, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999, p. 42.

⁵⁷ Lefebvre, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim, Ulissea, 1972, p. 169.

⁵⁸ Lefebvre, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999, p. 44.

⁵⁹ Lefebvre, H. *O direito à cidade*, p. 26.

⁶⁰ Lefebvre, H. *A revolução urbana*, p. 47.

A cidade, que no passado fora o espaço do lúdico e do uso (em uma palavra: a festa), sob o domínio do modo de produção capitalista é produzida e reproduzida como lugar de consumo e, ao mesmo tempo, como consumo de lugar, idéia que Lefebvre evidencia em várias passagens de seus livros.

Em *O direito à cidade*, por exemplo, de início somos alertados para o sentido do patrimônio histórico e arquitetônico dos núcleos urbanos antigos nas cidades modernas: “as qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos”⁶¹.

Lefebvre insiste que o domínio do valor de troca e a conseqüente disseminação da mercadoria pela industrialização trazem em si a tendência de destruir a cidade e a realidade urbana, já que subordinam o uso aos imperativos da lógica capitalista. Daí ele afirmar que a cidade capitalista criou o centro de consumo.

Neste sentido, a centralidade é inserida no contexto de produção e reprodução das relações de produção, pela mediação do consumo, seja através da circulação de mercadorias (processo de venda), seja pelo consumo do centro urbano enquanto obra: “nesse lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião de pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca”⁶².

Em *A vida cotidiana no mundo moderno*, Lefebvre escreve brilhantemente sobre os múltiplos significados do automóvel na vida urbana. A destacar aqui que o espaço acaba sendo concebido em função das necessidades do automóvel. A livre circulação dos veículos subjuga o ir e vir dos homens na cidade. Em suma, o automóvel conquista a cidade, mas não sem efeitos devastadores: “... no trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca, ficando cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça. Isso contribui também para deteriorar a vida urbana e criar a psicologia, ou melhor, a psicose do motorista”⁶³.

O automóvel, expressão máxima do domínio do capital sobre a cidade, impõe-se como prioridade absoluta na produção do espaço. Em nome do sistema viário mais eficiente, mais adequado, “a cidade se defende mal”, no dizer de Lefebvre. As necessidades do trânsito (do circular) substituem as necessidades do imóvel (do habitar). A planificação do cotidiano pelo urbanismo é, na verdade, o urbanismo das necessidades do automóvel. Por isso “... o cotidiano, em larga proporção hoje em dia, é o ruído dos motores, seu uso racional, as exigências da produção e da distribuição dos carros, etc.”⁶⁴.

O urbanismo, aliás, é duramente criticado por Lefebvre. Todos os tipos de urbanismo – o dos homens de boa vontade, o dos administradores públicos e o dos promotores de vendas, singularmente descritos em *O direito à cidade* – expressam uma estratégia global de transformar o espaço urbano em *locus* privilegiado da formação, realização e distribuição da mais valia global. O urbanismo é visto como uma superestrutura da sociedade burocrática de consumo dirigido, pois “organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado”⁶⁵.

O urbanismo, que se pretende sistema, totalidade, não é a ordenação do caos urbano. Para Lefebvre, o urbanismo é o próprio caos, sob uma ordem imposta. A “ilusão urbanística” existe porque o urbanista não compreende o urbano: “ele substitui, tranqüilamente, a práxis por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Ele não sabe de onde tais representações provêm, nem o que elas implicam, ou seja, as lógicas e as estratégias a que servem. Se sabe, isso é imperdoável, e sua cobertura ideológica se rompe, deixando aparecer uma estranha nudez”⁶⁶.

⁶¹ Lefebvre, H. *O direito à cidade*, p. 14.

⁶² Idem, p. 131.

⁶³ Lefebvre, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991, p. 111.

⁶⁴ Idem, p. 111.

⁶⁵ Lefebvre, H. *A revolução urbana*, p. 150.

⁶⁶ Idem, p. 141.

A ilusão urbanística dissimula o sentido fundamental das estratégias capitalistas no espaço urbano: a reprodução das relações de produção. Por isso, Lefebvre insiste na perspectiva da produção do espaço: “o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço”⁶⁷.

O urbanismo se constitui e se consolida como uma ideologia do capital, uma estratégia de dominação: “declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta; esta ideologia, que procede de uma redução–extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública, dos medidores”⁶⁸.

Inegavelmente, Lefebvre está muito distante dos planejadores urbanos, mesmo os de esquerda. Oscar Niemeyer, como que se isentando do resultado de sua obra máxima, refere-se a Brasília da seguinte forma: “hoje algumas pessoas criticam Brasília, acusam-na de ser desumana, fria, impessoal. Vazia, em suma. (...) Não temos culpa se ela tornou-se vítima das injustiças da sociedade capitalista”⁶⁹. Para os que, como nós, concordam com a análise de Lefebvre sobre o urbanismo, brevemente exposta neste texto, não é possível isentar o arquiteto. A obra em questão, para além dos monumentos, confirma o predomínio do automóvel e, portanto, da lógica individualista. Ela é o que é porque sua forma original, projetada, planejada e executada racionalmente, definiu seu sentido: expressa as injustiças do capitalismo porque seu urbanismo, enquanto ideologia e prática, é um urbanismo de classe, um urbanismo do capital.

3. O cotidiano: entre a miséria e a emancipação.

A crítica da vida cotidiana efetuada por Lefebvre chama a atenção para o predomínio do valor de troca na cidade, em detrimento do valor de uso (aliás, esse é um argumento - chave em suas análises). No mundo moderno, as ricas subjetividades possíveis do cotidiano tornam-se objeto de uma organização social: “o cotidiano deixou de ser *sujeito* para se tornar *objeto*”⁷⁰. Há, em várias passagens das obras estudadas, referências a esta colonização do cotidiano.

Em *A vida cotidiana no mundo moderno*, Lefebvre argumenta que o cotidiano existe como objeto de atuação capitalista: “o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço–tempo da auto–regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção–consumo–produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito...”⁷¹. O cotidiano é visto, portanto, não como um setor à parte, como algo secundário. Lefebvre o coloca no centro das discussões porque é no cotidiano e pelo cotidiano que são produzidas e reproduzidas as relações sociais capitalistas.

Em outra obra, Lefebvre vai conceituar o cotidiano como “...lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada. A cotidianidade não se instaura no seio do *urbano* como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades”⁷². Essa exploração refinada *se inscreve* na cidade pela fragmentação dos momentos da vida: um morar periférico – um trabalhar central – um divertir (para os que podem) distante. E a passividade? As grandes avenidas, o predomínio, já comentado, da circulação sobre a reunião, individualizam o cotidiano: eis a cidade do automóvel!⁷³

⁶⁷ Idem, p. 143.

⁶⁸ Lefebvre, H. *O direito à cidade*, p. 43.

⁶⁹ In: *O correio da Unesco*. Rio de Janeiro, ano 27, n. 8, agosto de 1999, p. 30.

⁷⁰ Lefebvre, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*, p. 68.

⁷¹ Idem, p. 82.

⁷² Lefebvre, H. *A revolução urbana*, p. 129.

⁷³ Ainda quanto ao predomínio da circulação, lembramos aqui que Lefebvre detalha, em *O direito à cidade*, os significados da “renovação urbana” na Paris da segunda metade do Século XIX. A abertura das avenidas expulsou, segundo ele, o proletariado do centro urbano e da própria cidade. Afinal, depois da Comuna de Paris, a burguesia percebeu que a organização espacial também era importante enquanto estratégia de classe: as barricadas não seriam mais toleradas.

A vida cotidiana fragmentada é taxativamente retratada como miséria generalizada: “basta abrir os olhos para compreender a vida quotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para o dia seguinte”⁷⁴. Essa imagem, a princípio estereotipada, de um cotidiano pautado pela rotina, pela opressão, é surpreendentemente reforçada quando Lefebvre se refere à questão dos lazeres que aparecem como fuga do cotidiano, mas que também fazem parte – são o outro lado – do cotidiano alienado.

Isso aparece com toda a ênfase na reflexão sobre o consumo turístico: “em Veneza, o turista não devora Veneza, mas o discurso sobre Veneza: discursos dos guias (escritos), dos conferencistas (orais), dos gravadores e discos. Ele escuta e olha. O artigo que lhe é fornecido mediante pagamento, a mercadoria, o valor de troca, é o comentário verbal sobre a Praça São Marcos... (...). O valor de uso, a coisa em si (a obra) escapa ao consumo devorador”⁷⁵. Findo o tempo da Festa, resta o espetáculo.

O mal-estar causado pela vida cotidiana, que se projeta na fuga do cotidiano, também é capturado pela lógica do valor de troca: “...como não querer fugir do cotidiano? Bem entendido, esse desejo, essa aspiração, essa ruptura e essa fuga são rápida e facilmente recuperáveis: organização do turismo, institucionalização, programação, miragens codificadas, colocação em movimento de vastas migrações controladas”⁷⁶.

Assim, mesmo os espaços destinados ao lúdico são, para Lefebvre, simulacros do que ele chama de “espaço livre” dos encontros e jogos. Inclusive os espaços verdes nas cidades modernas são “símbolos cuja presença marca a ausência”⁷⁷ e reforçam a vida cotidiana cinzenta e fria (desumana), da cidade produzida pelo capital. Os lazeres entram para a vida cotidiana porque a expansão dos tempos livres, em decorrência da automatização, é captada em benefício da “burguesia dirigente”⁷⁸: “se expande os tempos livres, [a burguesia] só o faz subordinando-os à mais-valia através da industrialização e da comercialização desses mesmos tempos e dos espaços que lhes correspondem”⁷⁹. Desta forma, se é permitida (e até mesmo incentivada) a evasão através das férias e do turismo é porque já estão colocados os mecanismos lucrativos de apropriação capitalista dos momentos de *fuga do cotidiano*. Enfim, foge-se do cotidiano apenas para reforçá-lo posteriormente e a própria fuga é um evento cotidiano.

4. Conclusões: o urbano, teatro da revolução.

Pela exposição precedente, poder-se-ia concluir que Lefebvre não vê saídas, pois tudo parece caminhar para a dominação perfeita. Contudo, apesar de toda a miséria e do controle capitalista, a cidade e o cotidiano encerram as possibilidades da revolução. O *urbano* deve ser realizado como prática social através do exercício do direito à cidade, eis o caminho apontado⁸⁰.

Há uma insistência, em todos os livros que neste texto foram utilizados, na afirmação de que o primeiro passo é a inversão da dominação do valor de troca sobre o valor de uso: o reino do uso se inscreve como necessidade social para a criação da sociedade urbana. Assim, o direito à cidade “...se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade”⁸¹.

⁷⁴ Lefebvre, H. **O direito à cidade**, p. 117

⁷⁵ Lefebvre, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**, p. 144.

⁷⁶ Idem, p. 94.

⁷⁷ Lefebvre, H. **A revolução urbana**, p. 38.

⁷⁸ Essa conclusão aparece no último capítulo de **O pensamento marxista e a cidade**.

⁷⁹ Lefebvre, H. **O pensamento marxista e a cidade**, p. 171

⁸⁰ Em **A revolução urbana**, Lefebvre assinala a necessidade de se compreender o urbano para além das ciências parcelares. Propõe, inclusive, uma “ciência do urbano”, a ciência de um “novo humanismo”.

⁸¹ Lefebvre, H. **O direito à cidade**, p. 135.

Especificamente em relação à apropriação, importante papel desempenha a centralidade urbana. Lefebvre destaca que, para além das funções criadas pelo capitalismo (centro de decisões, local de convergência das comunicações e informações), deve-se reafirmar o papel de lugar dos encontros e de vivência do lúdico, porque o verdadeiro projeto é acabar com as separações “...cotidianidade – lazes ou vida cotidiana–festa. O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada”⁸².

Portanto, caberia retomar a centralidade⁸³ e recuperar a Festa, restituindo o uso e gozar a cidade (a Obra). O projeto político⁸⁴ delineado por Lefebvre traduz-se na construção da sociedade urbana, o espaço–tempo da fruição, do uso e do gozo emancipatório da cidade e da Festa, hoje caricaturada em espetáculo. Se é esse o caminho possível, cabe vivenciá-lo na práxis.

5. Referências Bibliográficas.

- LEFEBVRE, Henri **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 178 p.
 LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 216 p.
 LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.145 p.
 LEFEBVRE, Henri . **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim: Editora Ulisseia 175 p.

⁸² Idem, p. 129.

⁸³ A centralidade é fundamental no projeto político de Lefebvre porque, como destacado em *A revolução urbana*: “não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade” (p. 93)

⁸⁴ Para detalhes sobre as estratégias políticas apontadas por Lefebvre, ver: a) em **A vida cotidiana no mundo moderno** o capítulo V; b) em **O direito à cidade**, os capítulos XII, XII e XIV; c) em **A revolução urbana**, os capítulos VII e IX.